

**Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2021.**

**Nome do manifestante:** Vixbot Soluções em Informática LTDA

**Código de Manifestação:** 212.055.666.683

À empresa Vixbot Soluções em Informática LTDA,

EMENTA: Pelo não conhecimento do pedido de informação. Os fatos apresentados não podem ser objeto de tutela por parte desta Corte de Contas, pois não se insere na competência constitucional deste Tribunal atuar, em substituição ao Poder Judiciário, na solução dos litígios relacionados à cobrança de créditos entre partes contratantes.

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído Documento para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/2011, a seguir transcrito:

"Me chamo Katiane Oliveira, sou funcionária da empresa Vixbot Soluções em Informática Ltda. - EPP. Fomos adjudicados vencedores nos certames conforme listados seguir. - Contrato Nº 21/2016 – Nota de Empenho 2016NE00824 - Nota Fiscal 0972 - R\$ 24.000,00 – Entregue em 24/11/2016 Em 12/2016 a nota acima deveria ter sido paga, mas, infelizmente, até a presente data, ainda não recebemos o pagamento na forma prevista no contrato. Segundo informações da Fundação Centro de Ciencias e Educ. Sup. Dist. ERJ – recebedora dos equipamentos adquiridos, o não pagamento ocorre por falta de liberação dos recursos pela Secretaria da Fazenda - RJ.

Em solicitação feita a Sefaz RJ através da ouvidoria recebemos a seguinte resposta:

" Com relação ao Contrato Nº 21/2016 – Nota de Empenho 2016NE00824 - Nota Fiscal 0972, no valor de R\$ 24.000,00 – Trata-se de uma despesa

empenhada em 2016. Como não houve emissão de PD no ano em que foi empenhada, o pagamento não foi concluído e a despesa entrou em Restos a Pagar Processados de 2016. Uma vez a despesa inscrita em Restos a pagar, a gerência do pagamento fica a cargo da Secretaria Estadual de Fazenda. Todos os trâmites que são de competência da Fundação Cecierj foram executados."

Solicitamos ajuda ao TCE-RJ para solucionar esta questão."

Submetido o pedido de acesso à informação à Presidência desta Corte de Contas, em obediência ao disposto no artigo 12, da Resolução 275/13, foi apresentada a seguinte resposta:

Pelo não conhecimento do pedido de acesso a informação. O pedido apresentado não pode ser objeto de tutela por parte desta Corte de Contas, pois não se insere na competência constitucional deste Tribunal atuar, em substituição ao Poder Judiciário, na solução dos litígios relacionados à cobrança de créditos entre partes contratantes.

A Ouvidoria do TCE/RJ agradece seu contato e se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro